Edital de leilão do bem penhorado do devedor DIRCE MARIA MARTINS (CPF/CNPJ 091.877.829-87), com possibilidade de arrematação da seguinte forma:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 07 de outubro de 2019 às 16:00, que se realizará na Local: Hotel Santa Maria - Alameda Manoel Ribas, s/n, Wenceslau Braz/PR, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 18 de outubro de 2019 às 16:00, que se realizará na **Local:** Hotel Santa Maria - Alameda Manoel Ribas, s/n, Wenceslau Braz/PR, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 55% da avaliação.

Autos nº. 0000493-25.2014.8.16.0176 - Cumprimento de Sentença

Vara Vara Cível de Wenceslau Braz-PR

Exequente (01) FABRICIO VOLTARÉ (CPF/CNPJ 839.098.189-00)

End. Exequente Rua Marechal Cândido Rondon, s/n, Vila Toyoki, Wenceslau

Braz/PR CEP: 84950-000 mov.1.1 fl. 3

Adv. Exequente Claudio Voltaré (OAB/PR 9068) (mov.40.1 fl. 148)

Executado (a) (01) DIRCE MARIA MARTINS (CPF/CNPJ 091.877.829-87)

End. Executado(a) (01) Rua Sete de Setembro, 51, Wenceslau Braz/PR CEP: 84950-

000 mov.1.1 fl. 3

Adv. Executado Dirce Maria Martins (OAB/PR 15.112) fl. 01 Depositário Fiel (1) Dirce Maria Martins (CPF. 091.877.829-87)

End. da Guarda (01) Rua Sete de Setembro, 51, Centro, Wenceslau Braz/PR CEP:

84950-000

Penhora realizada 28/11/2017 (mov. 138.2fls. 353)

Débito Primitivo R\$ 16.555,37 - 18/03/2017 (mov.104.2 fls.294).

Débito Atualizado R\$ 23.032,64 - 01/08/2019.

Avaliação Primitiva R\$ 3.000,00 - 10/12/2018 (mov.159.1 fls.384).

Avaliação Atualizada R\$ 3.099,19 - 05/08/2019

DÉBITOS DO DETRAN R\$ 86,50 ATÉ 01/08/2019

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação, pagos pelo arrematante; em caso de acordo, remição ou adjudicação, a comissão será de 2% (dois por cento).

AD-CAUTELAM: fica(m) o(s) devedor(es) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) pessoalmente para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recursos começará a fluir após a realização da Hasta Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (co-proprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados.

OBSERVAÇÕES:

Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br. desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC; Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses. O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI. deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499. inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo único do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações. desistências, cancelamento ou devoluções. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador; Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão; O representante judicial da Fazenda Pública, deverá ser intimado pessoalmente, da realização do leilão, com a antecedência prevista acima (LEF Art. 22,§ 2°). Dado e passado em 19 de Agosto de 2019. ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz(a) de Direito Dr(a). ÉLBERTI MATTOS BERNARDINELLI.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PUBLICO OFICIAL

Edital de leilão do bem penhorado do devedor JOSÉ VALDEREZ MENDES (CPF/CNPJ 340.132.379-20), com possibilidade de arrematação da seguinte forma:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 07 de outubro de 2019 às 16:00, que se realizará na Local: Hotel Santa Maria - Alameda Manoel Ribas, s/n, Wenceslau Braz/PR, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 18 de outubro de 2019 às 16:00, que se realizará na **Local:** Hotel Santa Maria - Alameda Manoel Ribas, s/n, Wenceslau Braz/PR, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 55% da avaliação.

Autos nº. 0000855-03.2009.8.16.0176 - Execução de Título

Extrajudicial.

Vara Vara Cível de Wenceslau Braz-PR

Exequente (01) BANCO BRASIL S.A. (CPF/CNPJ 00.000.000/0703-00)

End. Exequente R. Alameda Manoel Ribas, n°105, Wenceslau Braz /PR CEP:

84950-000 (mov.1.2/1.3 fls. 04/64)

Adv. Exequente Gustavo Rodrigo Goes Nicoladeli (OAB/PR. 56.918) e Fabíula

Muller Koenig (OAB/PR 22.819) (mov. 34.2 fls.266/267)

Executado (a) (01) JOSÉ VALDEREZ MENDES (CPF/CNPJ 340.132.379-20)

End. Executado(a) (01) Rua Venezuela, nº 127, Vila Jardim Los Angeles , Wenceslau

Braz/PR CEP: 84950-000 (mov.1.2/1.3 fls. 04/64)

Adv. Executado Maurício Barbosa dos Santos (OAB/PR. 33.864) (mov.59.1

fl.309).

Depositário Fiel (1) José Valderez Mendes.

End. da Guarda (01) Rua Gov. Venezuela, n° 258, Centro, WENCESLAU BRAZ /PR

CEP: 84950000

Penhora realizada 24/01/2019 (mov. 55.2, 55.3 e 55.3 fls. 300/302). Débito Primitivo R\$ 563.867,70 - 18/08/2017 (mov. 29.1 fls. 255).

Débito Atualizado R\$ 765.232,94 - 31/08/2019

em bom estado de conservação.

01 (um) Veículo marca/modelo HONDA/CÍVC EXS FLEX, placas ARP-2039, Chassi: 93HFA6680AZ203351, RENAVAM: 157628736, cor branca, ano/modelo 2010, 4 portas, pneus novos, automático, banco de couro, marcando a seguinte quilometragem: 141.299

encontrando-se em ótimo estado de conservação.

Qualificação do(s) Bem (03)......R\$ 21.718,22 01 (um) Veículo marca/modelo FIAT/STRADA FIRE FLEX 1.4, cor cinza, placas FBN-5184,

Chassi: 9BD27803MC7521168, RENAVAM: 461416921, ano/modelo 2012. Encontra- se em bom estado de conservação, pneus em bom estado, com pequenos riscos e avarias pala lataria, marcando a seguinte quilometragem: 200914.

Avaliação Primitiva R\$ 100.736,00 - 24/01/2019 (mov. 55.2, 55.3 e 55.4 fls.

300/302)

Avaliação Atualizada R\$ 104.209,18 - 29/08/2019

Débitos DETRAN PR- Bem (01) R\$: 237,43 até dia 29/08/2019.

Débitos DETRAN PR - Bem (02) R\$: 234,93 até dia 29/08/2019.

Financiamento/Restrição: BV FINANCEIRA SA CFI.

Débitos DETRAN PR- Bem (03) R\$: 103,27 até dia 29/08/2019.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação, pagos pelo arrematante; em caso de acordo, remição ou adjudicação, a comissão será de 2% (dois por cento).

AD-CAUTELAM: fica(m) o(s) devedor(es) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) pessoalmente para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recursos começará a fluir após a realização da Hasta Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (co-proprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados.

OBSERVAÇÕES:

Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC; Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses. O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499. inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a

tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo único do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador; Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão; O representante judicial da Fazenda Pública, deverá ser intimado pessoalmente, da realização do leilão, com a antecedência prevista acima (LEF Art. 22,§ 2°). Dado e passado em 19 de Agosto de 2019. Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz(a) de Direito Dr(a). ÉLBERTI MATTOS BERNARDINELLI.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PUBLICO OFICIAL

Edital de leilão do bem penhorado do devedor MURILO MOREIRA MENDES (CPF/CNPJ 068.397.009-76), com possibilidade de arrematação da seguinte forma:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 07 Outubro de 2019 às 16h00min, que se realizará na Local: Hotel Santa Maria - Al. Manoel Ribas, s/nº, Centro, Wenceslau Braz-PR, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 18 de Outubro de 2019 às 16h00min, que se realizará na **Local:** Hotel Santa Maria - Al. Manoel Ribas, s/nº, Centro, Wenceslau Braz-PR, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 55% da avaliação.

Autos nº. 0001209-76.2019.8.16.0176 - Carta Precatória Cível

Vara Vara Cível de Wenceslau Braz-PR Exequente (01) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

End. Exequente Rua Visconde de Nácar, 1440, Curitiba/PR CEP: 82590-300

Adv. Exequente (fl. 01 e mov14.1 fls.47)

Executado (a) (01) MURILO MOREIRA MENDES (CPF/CNPJ 068.397.009-76)
End. Executado(a) (01) Rua Venezuela, 127, Centro, Wenceslau Braz/PR CEP:

84.950-000

Depositário Fiel (1) Jose Valderez Mendes

End. da Guarda (01) Fazenda Cultura, S/Nº, Município De São José Da Boa Vista,

Wenceslau Bráz/Pr

Penhora realizada 19/09/2017 (mov.24.3 fls. 76) - Autos 115-64.20178.16.0176

Débito Primitivo R\$ 218.107,98 - 01/07/2018 (mov. 1.1 fls. 03)

Débito Atualizado R\$ 249.390.14 - 09/07/2019

Avaliação Primitiva R\$ 1.000.000,00 - 19/09/2017 (autos 0000115-64.2017).

Avaliação Atualizada R\$ 1.067.993,46 - 07/09/2019

DÉBITOS ITR - NÃO LEVANTADO

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.19/1.371- HIPOTECA CEDULAR DE PRIMEIRO GRAU. Financiadora: CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Emitente: JOSE VALDEREZ MENDES Intervenientes: JOSÉ MENDES DE OLIVEIRA e sua esposa SEBASTIANA ISABEL DE OLIVEIRA.

R.20/1.371- HIPOTECA CEDULAR DE SEGUNDO GRAU. Financiadora: CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Emitente: MURILO MOREIRA MENDES. Intervenientes: JOSÉ MENDES DE OLIVEIRA e sua esposa SEBASTIANA ISABEL DE OLIVEIRA.

R.21/1.371- HIPOTECA CEDULAR DE TERCEIRO GRAU. Financiadora: CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Emitente: MURILO MOREIRA MENDES. Intervenientes: JOSÉ MENDES DE OLIVEIRA e sua esposa SEBASTIANA ISABEL DE OLIVEIRA.

R.22/1.371 — HIPOTECA CEDULAR DE QUARTO GRAU. Financiadora: CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Emitente: CELSO DE OLIVEIRA MENDES;

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação, pagos pelo arrematante; em caso de acordo, remição ou adjudicação, a comissão será de 2% (dois por cento).

AD-CAUTELAM: fica(m) o(s) devedor(es) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) pessoalmente para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recursos começará a fluir após a realização da Hasta Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (co-proprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados.

OBSERVAÇÕES:

Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC; Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses. O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria). IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo único do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a subrogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador; Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão; O representante judicial da Fazenda Pública, deverá ser intimado pessoalmente, da realização do leilão, com a antecedência prevista acima (LEF Art. 22,§ 2°). Dado e passado em 19 de Agosto de 2019. Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz(a) de Direito Dr(a). ÉLBERTI MATTOS BERNARDINELLI.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PUBLICO OFICIAL

Edital de leilão do bem penhorado do devedor J. DIOMEDES BARBOSA DOS SANTOS DOS 08.087.731/0001-28), JOSE DIOMEDES BARBOSA (CPF/CNPJ 141.426.938-98). KRAUDINÉIA KRAVINSKI (CPF/CNPJ 565.473.699-87). SIMÃO KRAVINSKI (CPF/CNPJ 177.851.549-53), VERÔNICA TEIXEIRA KRAVINSKI (CPF/CNPJ 018.154.479-23), com possibilidade de arrematação da seguinte forma:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 07 de outubro de 2019 às 16:00, que se realizará na Local: Hotel Santa Maria - Alameda Manoel Ribas, s/n, Wenceslau Braz/PR, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 18 de outubro de 2019 às 16:00, que se realizará na Local: Hotel Santa Maria - Alameda Manoel Ribas, s/n, Wenceslau Braz/PR, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 55% da avaliação.

Autos nº. 0001226-64.2009.8.16.0176 Execução Título de

Extrajudicial.

Vara Vara Cível de Wenceslau Braz-PR

Exequente (01) BANCO DO BRASIL S.A. (CPF/CNPJ 00.000.000/073-00) Rua Al. Manoel Ribas, 105, Wenceslau Braz/PR CEP: 84950-End. Exequente

000 (mov. 70.2 fls. 362).

Adv. Exequente Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR. 8.123) e Maria Amélia C. Mastrorosa Vianna (OAB/PR. 27.109) e Anne Marie Kutne (OAB/PR 75.088) e

Rodrigo L. de Camargo (OAB/PR 60.100) (mov.27.2 e 95.1 fls.192 e 320)

DOS Executado (a) (01) DIOMEDES BARBOSA SANTOS (CPF/CNPJ

08.087.731/0001-28)

End. Executado(a) (01) Rua: Ozório Leal, s/n, Wenceslau Braz/PR CEP: 84950-000

(mov. 70.2 fls. 362).

Adv. Executado Paulo Francisco Reis (OAB/PR. 44.660). (mov.1.23, fls.69). Executado (a) (02) JOSÉ DIOMEDES BARBOSA DOS SANTOS (CPF/CNPJ

141.426.938-98)

End. Executado(a) (02) Rua Paraguai, 571, Wenceslau Braz/PR CEP: 84950-000

(mov.1.23, fls.69).

Adv. Executado Paulo Francisco Reis (OAB/PR. 44.660). (mov.1.23, fls.69). Executado (a) (03) KRAUDINÉIA KRAVINSKI (CPF/CNPJ 565.473.699-87)

End. Executado(a) (03)

(mov.1.23, fls.69).

Adv. Executado Paulo Francisco Reis (OAB/PR. 44.660). (mov.1.23, fls.69). SIMÃO KRAVINSKI (CPF/CNPJ 177.851.549-53)

Executado (a) (04)

End. Executado(a) (04)

84950-000 mov.1.23, fls.69

Adv. Executado Executado (a) (05)

23)

Rua Sítio Boa Vista, S/N, Paixão, Wenceslau Braz/PR CEP:

Paulo Francisco Reis (OAB/PR. 44.660) mov.1.23, fls.69

Rua Paraguai, 571, Wenceslau Braz/PR CEP: 84950-000

Rua Sítio Boa Vista, S/N, Paixão, Wenceslau Braz/PR CEP:

VERÔNICA TEIXEIRA KRAVINSKI (CPF/CNPJ 018.154.479-

End. Executado(a) (05) 84950-000 (mov.1.23, fls.69).

Adv. Executado Paulo Francisco Reis (OAB/PR 44.660) (mov.1.23, fls.69).

Depositário Fiel (1) José Diomedes Barbosa Dos Santos

End. da Guarda (01) Rodovia Parigot de Souza, 142, Motel Floresta, Wenceslau

Braz/PR CEP: 84950-000

24/02/2010 (mov.1.25 fls. 74). Penhora realizada

Débito Primitivo R\$ 309.128,24 - 20/10/2017 (mov.31.2 fls.204)

Débito Atualizado R\$ 407.445,74 - 31/07/2019. Qualificação do(s) Bem (01)
Lanc. Grande SS 6150B, números de série: 260200133, 260200134, 260200061,
6512P, série: 1002. Avaliação Primitiva R\$ 3.100,00. Qualificação do(s) Bem (11)

Avaliação Primitiva R\$ 46.300,00 - 03/01/2019 (mov.99 fls.325 e 341).

Avaliação Atualizada Total R\$ 47.730,76 - 31/07/2019

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação, pagos pelo arrematante; em caso de acordo, remição ou adjudicação, a comissão será de 2% (dois por cento).

AD-CAUTELAM: fica(m) o(s) devedor(es) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de

não ser(em) encontrado(a)(s) pessoalmente para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recursos começará a fluir após a realização da Hasta Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (co-proprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados.

OBSERVAÇÕES:

Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC; Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; (b) até o início do segundo leilão, proposta de aguisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses. O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499. inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo único do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador; Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão; O representante judicial da Fazenda Pública, deverá ser intimado pessoalmente, da realização do leilão, com a antecedência prevista acima (LEF Art. 22,§ 2°). Dado e passado em 19 de Agosto de 2019. ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz(a) de Direito Dr(a). ÉLBERTI MATTOS BERNARDINELLI.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PUBLICO OFICIAL

Edital de leilão do bem penhorado do devedor CEREALISTA GRANDO LTDA (CPF/CNPJ 75.191.817/0001-93), SINCLER SELL DE FREITAS (CPF/CNPJ 042.332.329-60), WANDERLEY LUIZ DE SOUZA (CPF/CNPJ 415.846.277-00), com possibilidade de arrematação da seguinte forma:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 07 de outubro de 2019 às 16:00, que se realizará na Local: Hotel Santa Maria - Alameda Manoel Ribas, s/n, Wenceslau Braz/PR, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 18 de outubro de 2019 às 16:00, que se realizará na **Local:** Hotel Santa Maria - Alameda Manoel Ribas, s/n, Wenceslau Braz/PR, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 55% da avaliação.

Autos nº. 0001657-30.2011.8.16.0176 - Carta Precatória Cível

Vara Vara Cível de Wenceslau Braz-PR

Exequente (01) CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CPF/CNPJ

00.360.305/3740-20)

End. Exequente Rua Visconde de Nacar, 23° andar , 1440, Centro,

CURITIBA/PR CEP: 80.410-201 mov. 1.13 fls. 21

Adv. Exequente Genesio Felipe de Natividade (OAB/PR. 10.747) fl. 01

Executado (a) (01) CEREALISTA GRANDO LTDA (CPF/CNPJ 75.191.817/0001-

93)

End. Executado(a) (01) Rua Desembargador Westphalen , 3.466, Parolin , Curitiba/PR

CEP: 80.220-031 mov. 1.13 fls. 21

Executado (a) (02) SINCLER SELL DE FREITAS (CPF/CNPJ 042.332.329-60)

End. Executado(a) (02) Rua Roberto Lobo , 150, Guabirotuba , Curitiba/PR CEP:

81.510-560 mov.. 1.13 fls. 22

Executado (a) (03) WANDERLEY LUIZ DE SOUZA (CPF/CNPJ 415.846.277-00)

End. Executado(a) (03) Avenida Silva Jardim, Ap. 151 , 1538, Rebouças,

CURITIBA/PR CEP: 80.250-200 mov.111.1 fls. 303

Depositário Fiel (1) Laureny Nogueira – Depositária Pública da Comarca End. da Guarda (01) Fazenda Mato Preto, s/nº, WENCESLAU BRÁZ/PR

Penhora realizada 22/07/2014 (mov. 1.34 fls.93)

Débito Primitivo R\$ 53.711,47 - 10/06/2016 (mov. 47.2 fls. 169)

Débito Atualizado R\$ 81.343,95 - 30/06/2019

Avaliação Primitiva R\$ 50.000,00 - 07/11/2016 (mov. 65.1 fls. 202/203)

Avaliação Atualizada R\$ 55.001,12 - 30/06/2019

DÉBITOS ITR - NÃO LEVANTADO

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R-2-2.076 Protocolo 16.310 - Compra e Venda – Adquirente: Wanderley Luiz de Souza e sua mulher Georgina Aparecida Costa de Souza.

R-3-2 – Protocolo Nº 34.154 – HIPOTECA - Escritura Pública de Constituição de Garantia Hipotecária para Revendedor – Executados: Wanderley Luiz de Souza e sua mulher Georgina Aparecida Costa de Souza – e de outro Lado Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga.

R.4-2.076 – Protocolo nº 38.209. Proceda-se este Registro, nos termos do AUTO DE PENHORA E DEPÓSITO, expedido nos autos nº 138/02 de CARTA PRECATÓRIA, em que é Deprecante - JUIZO DE DIREITO DA 19º VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA-PR. Deprecado – JUIZO DE DIREITO DESTA COMARCA, extraído dos autos nº 644/01 de Ação de Execução de Título Extrajudicial, em que é Exequente: Companhia Brasileira de Petroleo Ipiranga e Executados: JBC Comércio de Combustíveis e Lubrificantes Ltda, Wanderley Luiz de Souza e sua mulher Georgina Aparecida Costa de Souza.

AV-5-2.076 – Protocolo nº 48.973 AUTOS Nº 683/2009 - Embargos de Terceiro proposto pelos requerentes José Paulo dos Santos e sua esposa Rita de Cássia da Costa santos, Requerido Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, em virtude da Penhora Registrada no R-4 desta Matricula

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação, pagos pelo arrematante; em caso de acordo, remição ou adjudicação, a comissão será de 2% (dois por cento).

AD-CAUTELAM: fica(m) o(s) devedor(es) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) pessoalmente para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recursos começará a fluir após a realização da Hasta Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (co-proprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados.

OBSERVAÇÕES:

Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC; Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: (a) até o início do primeiro

leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses. O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo único do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador; Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão; O representante judicial da Fazenda Pública, deverá ser intimado pessoalmente, da realização do leilão, com a antecedência prevista acima (LEF Art. 22,§ 2°). Dado e passado em 19 de Agosto de 2019. Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz(a) de Direito Dr(a). ÉLBERTI MATTOS BERNARDINELLI.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PUBLICO OFICIAL